

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e o presente Relatório da Administração: A Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR é uma empresa pública, vinculada à Secretaria dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul, criada em 29 de junho de 2012 (Lei nº 14.033/2012) para administrar as estradas com pedágio pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul. Após 15 anos de cobrança dos pedágios privados estabelecidos através do Programa Estadual de Concessão de Rodovias (PECR), o Governo do Estado debateu com a comunidade gaúcha um novo modelo de gestão das estradas e estabeleceu um sistema público de pedagiamento em trechos anteriormente privados que foram colocados sob a gestão da EGR. O novo modelo consolidado tem como diferencial a criação de mecanismos permanentes de fiscalização pública, transparência e controle social, consulta às comunidades para as prioridades para cada localidade onde há alteração de modelo e ainda a destinação de todos os recursos arrecadados para as rodovias, com o objetivo de manter e melhorar seu estado de conservação. O ano de 2016 foi marcado no cenário nacional pela continuidade da crise econômica, com reflexos na taxa de crescimento do PIB. No RS o cenário econômico acompanhou a crise nacional. A arrecadação líquida dos pedágios teve redução de 1,49% em relação ao exercício anterior, passando para o patamar de R\$ 169.549.342,74 o fluxo de veículos total em 2016 foi de 41.058.897, representando uma redução de 0,66% em relação à 2015. As intervenções em manutenção e conservação atingiram o montante de R\$ 71.419.699,25, 2,22% maior do que 2015. No que tange aos investimentos (registrados no Intangível), foram de R\$ 19.253.673,77 representando um aumento de 111,56% em relação à 2015. Os investimentos somados aos gastos manutenção e conservação atingiram o montante de R\$ 90.673.373,02, representando 53,47% da receita operacional líquida. Os recursos arrecadados nas rodovias, por força do estatuto da EGR, devem ser aplicados na rodovia que gerou a receita. Ocorre que existem praças de pedágio, que por terem fluxo de veículos elevado possuem receita maiores do que outras praças. Para adequação desta situação, foi aprovado pela Assembleia Geral de 30 de março de 2015 a criação de um fundo centralizado de parte dos recursos financeiros para melhor e racional gestão financeira da Companhia. A EGR atua em 892,78 km de rodovias identificadas no quadro abaixo

Praça	Rodovia	Trecho	Extensão por rodovia (Km)	Extensão por praça (Km)
Campo Bom	ERS-239	Entr. BRS-116 (P/ Novo Hamburgo) – Riizinho (Fim TRV-Mun)	75,54	75,54
Portão	ERS-122	Entr. ERS-240 (Rincão do Cascalho) – Entr. ERS-446 (P/ São Vedelino)	40,19	74,79
	ERS-240	Entr. BRS-116 (Vila Scharlau) – Entr. RSC-287/470/ERS-124 (B/ P/ Montenegro)	34,60	
Santo Antônio da Patrulha	ERS-474	Entr. BRS-290 (P/ Porto Alegre) – Entr. ERS-239 (Rolante)	35,00	35,00
	ERS-040	Entr. ERS-118 (P/ Passo do Flúza) – Entr. ERS-786 (Balneário Pinhal)	83,00	
Viamão	ERS-784	Entr. ERS-786 (Cidreira) – Entr. ERS-040 (P/ Pinhal)	14,92	97,92
	ERS-122	Entr. RSC-453 (B) (Caxias do Sul) – Entr. ERS-437 (A) (Antônio Prado)	46,70	
Flores da Cunha	ERS-115	Entr. ERS-239 (P/ Taquara) – Entr. ERS-235 (Gramado)	40,87	40,87
	ERS-235	Nova Petrópolis (Fim TRV-Mun) – Gramado	30,84	
Gramado	ERS-235	Entr. ERS-115 (Gramado) – Canela	5,90	43,98
	ERS-466	Caracol – Entr. ERS-235 (P/ Canela)	7,24	
São Francisco de Paula	ERS-235	ERS/235, Canela (Fim TRV-Mun) – Entr. ERS-020 (A) (P/ São Francisco de Paula)	31,24	59,22
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) – Acesso Norte à São Francisco de Paula	6,38	
Encantado	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) – Acesso à Três Coroas	21,60	87,83
	ERS-130	Entr. RSC-453 (A) (P/ Venâncio Aires) – Entr. ERS-129 (P/ Roca Sales)	28,53	
Boa Vista do Sul	ERS-129	Entr. ERS-130 (P/ Arroio do Meio) – Entr. ERS-441 (Guaporé)	59,30	73,99
	RSC-453	Entr. BRS-386(B)/ERS-129 (Estrela) – Entr. RSC-470 (A) (Garibaldi)	57,60	
Cruzeiro do Sul	ERS-128	Entr. BRS-386 (B) (P/ Tabal) – Entr. RSC-453 (Teutônia)	16,39	29,45
	RSC-453	Entr. RSC-287/ERS-244 (P/ Santa Cruz do Sul) – Entr. ERS-130 (A) (P/ Cruzeiro do Sul)	29,45	
Venâncio Aires	RSC-287	Entr. BRS-386 (B) (Tabal) – Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz)	77,00	77,00
Candelária	RSC-287	Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz) – Entr. ERS-502 (P/ Paraíso do Sul)	72,16	72,16
Coxilha	ERS-135	Entr. ERS-324 (Passo Fundo) – Entr. BRS-153 (A) (P/ Erechim)	78,33	78,33
Total			892,78	892,78

Em 2016 destacam-se as seguintes realizações: Doação para a Brigada Militar de 22 veículos Pick-up 4x2, fabricação nacional, zero Km, com desembolso de R\$ 2.145.000,00. Interseção de acesso à Boa Vista do Sul (contrato 040/2015). Conclusão das baias de paradas de ônibus na ERS-040 Viamão – Pinhal (contrato 048/2015). Projeto de restauro de pavimento da RSC-287 Santa Cruz-Tabal. Projeto de restauro de pavimento da RSC-287 Santa Cruz-Paraíso do Sul. Estabilização e recomposição do talude no Km 29 na ERS-115 (Contrato 052/2015). Estabilização e recomposição do talude no Km 27 na ERS-115 (Contrato 053/2015). Interseção de acesso à Encantado (posto Peteba), rua lateral ao Bairro Santa Clara e ampliação do acostamento de acesso secundário (Contrato 043/2015). Foram restaurados 365 km e duplicados 1,4 Km. A EGR encerrou o exercício de 2016 com resultado positivo de R\$ 13.619.333,82, que foi transferido para a reserva legal no valor de R\$ 680.966,69 e para a reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 12.938.367,13. O índice de liquidez corrente foi de 1,88 (Ativo Circulante de R\$ 99.261.377,02 dividido pelo Passivo Circulante de R\$ 52.770.217,29), ou seja, para cada R\$ 1,00 real de obrigações a pagar a EGR possui R\$ 1,88 em seu ativo.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.

Nelson Lidio Nunes
Diretor - Presidente
CPF nº 150.698.340-53

Ney Michelucci Rodrigues
Diretor Adm. e Financeiro
CPF nº 237.646.270-34

Milton Cypel
Diretor Técnico
CPF nº 077.103.300-10

Rubem Frederico Masera e Silva
Contador CRC/RS 078309
CPF nº 387.554.670/91

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2016

	Nota	31/12/2016	31/12/2015 reap.	31/12/2015
ATIVO		131.970.382,74	108.852.321,06	108.852.321,06
ATIVO CIRCULANTE		99.261.377,02	95.269.753,99	95.269.753,99
DISPONIBILIDADES	2.4	74.673.082,51	76.215.387,47	76.215.387,47
Bancos C/Corrente		1.011.586,73	638.497,13	638.497,13
SIAC		73.661.495,78	75.576.890,34	75.576.890,34
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		24.520.380,31	18.971.196,12	18.971.196,12
Arrecadação das Praças		19.693.743,53	15.124.822,21	15.124.822,21
Valores a Receber		70.432,91	4.382,44	4.382,44
Depósitos Judiciais		69.691,74	15.410,34	15.410,34
Adiantamento a Fornecedores		21.478,25	34.934,10	34.934,10
Adiantamento a Empregados		14.451,45	146,01	146,01
Impostos a Recuperar	5	4.650.582,43	3.791.501,02	3.791.501,02
ESTOQUES		67.914,20	83.170,40	83.170,40
Material de Expediente		41.437,48	56.693,68	56.693,68
Material Rodovias		26.476,72	26.476,72	26.476,72
DESPESAS ANTECIPADAS		-	-	-
Despesas Antecipadas		-	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		32.709.005,72	13.582.567,07	13.582.567,07
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		433,97	433,97	433,97
Créditos e Valores		433,97	433,97	433,97
IMOBILIZADO	2.5	706.833,62	534.946,42	534.946,42
Imobilizado		846.588,66	601.435,08	601.435,08
Depreciação Acumulada		(139.755,04)	(66.488,66)	(66.488,66)
INTANGÍVEL		32.001.738,13	13.047.186,68	13.047.186,68
Intangível		32.697.549,95	13.219.156,18	13.219.156,18
Amortização Acumulada		(695.811,82)	(171.969,50)	(171.969,50)
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		131.970.382,74	108.852.321,06	108.852.321,06
PASSIVO		52.770.217,29	46.059.619,04	49.323.011,74
PASSIVO CIRCULANTE		52.770.217,29	46.059.619,04	49.323.011,74
Fornecedores		13.953.813,08	16.880.583,09	16.880.583,09
Obrigações Trabalhistas		1.147.121,76	955.385,65	955.385,65
Tributos Contrib. Federais		2.579.438,90	2.828.720,53	2.828.720,53
Tributos Municipais	4	28.861.158,81	20.504.261,79	20.504.261,79
Outras Contas a Pagar		5.889.888,69	4.474.214,46	4.474.214,46
Adiantamento de clientes		170.936,85	200.343,92	200.343,92
Obrigações Cíveis	8	-	111.502,29	3.374.894,99
Provisão Penalid. Contrat.		167.859,20	104.607,31	104.607,31
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		79.200.165,45	62.792.702,02	59.529.309,32
CAPITAL SOCIAL	6.1	33.288.129,61	30.500.000,00	30.500.000,00
Capital Subscrito		33.788.129,61	31.000.000,00	31.000.000,00
Capital a Integralizar		(500.000,00)	(500.000,00)	(500.000,00)
RESERVA DE LUCROS		45.912.035,84	32.292.702,02	29.029.309,02
Reserva Legal		2.941.152,69	2.260.186,00	2.260.186,00
Reserva Retenção Lucros	9	42.970.883,15	30.032.516,02	26.769.123,32
PREJUÍZOS ACUMULADOS		-	-	-
Prejuízos Acumulados		-	-	-

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.

Nelson Lidio Nunes
Diretor - Presidente
CPF nº 150.698.340-53

Ney Michelucci Rodrigues
Diretor Adm. e Financeiro
CPF nº 237.646.270-34

Milton Cypel
Diretor Técnico
CPF nº 077.103.300-10

Rubem Frederico Masera e Silva
Contador CRC/RS 078309
CPF nº 387.554.670/91

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2016

	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA BRUTA OPERACIONAL	215.839.441,48	218.693.391,28
RECEITAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	215.839.441,48	218.693.391,28
Prestações de Serviços	215.839.441,48	218.693.391,28
DEDUÇÕES DA RECEITA	(46.290.098,74)	(46.568.678,63)
PIS	(1.244.315,87)	(1.259.681,58)
COFINS	(5.742.996,34)	(5.813.914,93)
ISSQN	(8.406.462,83)	(8.387.784,12)
Isentos	(2.994.763,50)	(3.379.170,30)
Multipassagem	(7.378.654,90)	(7.474.361,80)
Isentados	(20.435.792,30)	(20.152.078,80)
Violações	(87.113,00)	(101.687,10)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	169.549.342,74	172.124.712,65
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(132.180.151,13)	(133.541.344,73)
Serviços de Terceiros PJ	(18.248.769,67)	(12.540.880,49)
Manutenção Conservação de Rodovia	(71.419.699,25)	(69.869.464,33)
Manutenção Conservação de Instalações	(39.602.233,09)	(39.640.042,18)
Convênios	(2.849.533,02)	(11.615.319,04)
Ressarcimento Usuários	(59.878,90)	(53.805,44)
Reembolso Usuários	(37,20)	(1.833,25)
RECEITAS DIVERSAS	407.260,31	130.460,91
Receitas Diversas	51.476,83	52.600,91
Outras Receitas Operacionais	355.783,48	77.860,00
DESPESAS OPERACIONAIS	(21.102.132,94)	(19.987.145,58)
Despesas Administrativas	(18.937.823,82)	(16.944.214,44)
Despesas diversas	(2.164.309,12)	(3.042.931,14)
RECEITA ANTES DO MOVIMENTO FINANCEIRO	16.674.318,98	18.726.683,25
Receitas Financeiras	6.045.233,12	5.827.097,49
Despesas Financeiras	(4.464.969,28)	(2.776.640,88)
PREJUÍZO/LUCRO ANTES PROVISÃO IRPJ E CSLL	18.254.582,82	21.777.139,86
Provisão IRPJ	(3.401.918,38)	(4.896.713,53)
Provisão CSLL	(1.233.330,62)	(1.771.456,87)
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.619.333,82	15.108.969,46

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.

Nelson Lidio Nunes
Diretor - Presidente
CPF nº 150.698.340-53

Ney Michelucci Rodrigues
Diretor Adm. e Financeiro
CPF nº 237.646.270-34

Milton Cypel
Diretor Técnico
CPF nº 077.103.300-10

Rubem Frederico Masera e Silva
Contador CRC/RS 078309
CPF nº 387.554.670/91

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2016

Fluxo de Caixa Operacional	2016	2015 reap.	2015
Lucro Líquido	13.619.333,82	15.108.969,46	15.108.969,46
Despesas com Depreciação	73.266,38	32.779,35	32.779,35
Despesas com Amortização	523.842,32	134.093,65	134.093,65
Ajustes Exercícios Anteriores		3.263.392,70	
Aumento/Diminuição do Ativo			
Arrecadação das praças	(4.568.921,32)	(5.292.306,91)	(5.292.306,91)
Adiantamentos	(849,59)	(33.739,25)	
Valores a receber	(66.050,47)	(4.786,41)	
Depósitos Judiciais	(54.281,40)	3.789.071,23	3.789.071,23
Estoques	15.256,20	258.735,37	258.735,37
Despesas antecipadas	0,00	39.530,58	39.530,58
Aumento/Diminuição de impostos a recuperar	(859.081,41)	1.151.438,46	1.151.438,46
Aumento/Diminuição do Passivo			
Obrigações trabalhistas	191.736,11	233.035,18	233.035,18
Fornecedores	(2.926.770,01)	(311.105,52)	(311.105,52)
Obrigações Fiscais	9.523.289,62	10.553.570,24	10.553.570,24
Outras contas a pagar	(111.502,29)	17.450,01	3.280.842,71
Adiantamento de clientes	(29.407,07)	0,00	0,00
Provisões	63.251,89	(213.821,22)	(213.821,22)
Caixa Líquido Atividades Operacionais	15.393.112,78	28.726.306,92	28.726.306,92

Fluxo de Caixa Investimentos			
Aquisição/baixa de imobilizado	(245.153,58)	2.688.398,92	2.688.398,92
Aquisição de intangível	(19.478.393,77)	(9.269.991,33)	(9.269.991,33)
Caixa Líquido Atividades Investimentos	(19.723.547,35)	(6.581.592,41)	(6.581.592,41)

Fluxo de Caixa Financiamentos			
Novos Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Integralização de Capital	2.788.129,61	0,00	0,00
Caixa Líquido Atividades Financiamentos	2.788.129,61	0,00	0,00

Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(1.542.304,96)	22.144.714,51	22.144.714,51
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	76.213.387,47	54.070.672,96	54.070.672,96
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	76.213.082,51	76.215.387,47	76.215.387,47

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.

Nelson Lidio Nunes Diretor - Presidente CPF nº 150.698.340-53	Ney Michelucci Rodrigues Diretor Adm. e Financeiro CPF nº 237.646.270-34	Milton Cypel Diretor Técnico CPF nº 077.103.300-10	Rubem Frederico Masera e Silva Contador CRC/RS 078309 CPF nº 387.554.670/91
--	---	---	--

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2016

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		Reserva Legal	Reserva Ret. Lucros		
Saldo em 31.12.2014	30.500.000,00	1.504.737,53	12.415.602,33	0,00	44.420.339,86
Integralização					0,00
Lucro líquido exercício				15.108.969,46	15.108.969,46
Destinação:					0,00
Reserva Legal		755.448,47		(755.448,47)	0,00
Reserva Retenção Lucros			14.353.520,99	(14.353.520,99)	0,00
Reversão de reservas					0,00
Saldo em 31.12.2015	30.500.000,00	2.260.186,00	26.769.123,32	0,00	59.529.309,32
Ajuste exercício anterior			3.263.392,70		3.263.392,70
Saldo em 31.12.2015 reap.	30.500.000,00	2.260.186,00	30.032.516,02	0,00	62.792.702,02
Integralização	2.788.129,61				2.788.129,61
Lucro líquido exercício				13.619.333,82	13.619.333,82
Destinação:					0,00
Reserva Legal		680.966,69		(680.966,69)	0,00
Reserva Retenção Lucros			12.938.367,13	(12.938.367,13)	0,00
Reversão de reservas					0,00
Saldo em 31.12.2016	33.288.129,61	2.941.152,69	42.970.883,15	0,00	79.200.165,45

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.

Nelson Lidio Nunes Diretor - Presidente CPF nº 150.698.340-53	Ney Michelucci Rodrigues Diretor Adm. e Financeiro CPF nº 237.646.270-34	Milton Cypel Diretor Técnico CPF nº 077.103.300-10	Rubem Frederico Masera e Silva Contador CRC/RS 078309 CPF nº 387.554.670/91
--	---	---	--

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. Informações Gerais

A Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR – é uma empresa pública de capital fechado controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, constituída sob a forma de sociedade anônima, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações, mediante autorização da Lei Estadual nº 14.033, de 29 de junho de 2012, vinculada à Secretaria dos Transportes – e regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593, de 19 de setembro de 2012. A EGR sujeita-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. A empresa tem sede e foro na cidade de Porto Alegre podendo criar escritórios regionais no Estado do Rio Grande do Sul e possui prazo de duração indeterminado.

2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2.2. Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Receita de pedágio – As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registrados no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de rendimento de aplicações financeiras – Os rendimentos referentes às aplicações financeiras (SIAC) são registrados mensalmente como receita financeira.

2.3. Regime de Contabilização

As receitas e despesas foram apropriadas com base no regime de competência.

2.4. Disponibilidades

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento de obrigações de curto prazo.

2.5. Imobilizado e Intangível

Os bens adquiridos pela EGR estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear pelas taxas vigentes.

IMOBILIZADO	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo no final do exercício
Móveis e utensílios	110.274,80	97.655,59		22.990,59	184.939,80
Máquinas	7.865,80	-		1.038,84	6.826,96
Equipamentos	403.227,94	120.826,97	7.108,98	41.779,67	457.166,26
Computadores e periféricos	5.238,54	20.280,00		3.133,56	22.384,98
Impressoras	8.339,34	13.500,00		4.323,72	17.515,62
Veículos	-	2.145.000,00	2.145.000,00	-	-
Total	534.946,46	2.397.262,56	2.145.000,00	73.266,38	706.833,62

INTANGÍVEL	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo no final do exercício
Software	206.223,67	224.720,00		69.360,88	361.582,79
Imóveis	4.230.813,13	10.516.911,91		454.481,44	14.293.243,60
Obras em andamento	8.610.149,88	19.253.305,68	10.516.911,91	-	17.346.911,74
Total	13.047.186,68	29.995.305,68	10.516.911,91	523.842,32	32.001.738,13
TOTAL IMOB. E INTANG.	13.582.133,10	32.392.568,24	12.669.020,89	597.108,70	32.708.571,75

No intangível na conta Imóveis e Obras em andamento estão registrados obras viárias, tais como acessos, passarelas e duplicações em estradas estaduais, executadas pela EGR, amortizado nas condições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 04, que trata especificamente sobre este item patrimonial.

	Taxa de depreciação / amortização
Móveis e utensílios	10%
Máquinas	10%
Equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Impressoras	20%
Software	20%
Imóveis	4%
Obras em andamento	0%

2.6. Impostos

Os impostos são calculados de acordo com a Legislação Tributária em vigor.

3. Imobilizado Recebido das Concessionárias

Os bens recebidos pela EGR, originários do patrimônio das Concessionárias responsáveis pelas praças de pedágio, foram transferidos no exercício de 2013, sem especificação de valor, estão os mesmos sendo analisados, classificados e avaliados por empresa especializada e serão incorporados posteriormente ao patrimônio da EGR, por essa razão não figuraram no imobilizado da empresa.

4. Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza

O ISSQN devido pela EGR sobre a prestação de serviços é mensalmente registrado em conta do passivo circulante, mas não ocorreu pagamento em 2016 pois a matéria está sendo discutida no âmbito jurídico quanto à imunidade tributária. Pelo princípio da prudência, os valores totalizando R\$ 8.406.462,83, foram registrados no passivo que já acumula R\$ 28.562.729,82 referente aos exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016.

5. Impostos a Recuperar

O saldo de impostos a recuperar de R\$ 4.650.582,43 é composto de R\$ 3.464.455,99 de IRPJ e R\$ 1.168.816,12 de CSLL e R\$ 17.310,32 de IRRF.

6. Patrimônio Líquido

6.1. Capital Social

O capital social é de R\$ 33.288.129,61 (trinta e três milhões, duzentos e oitenta e oito mil, cento e vinte e nove reais e sessenta e um centavo), dividido em 33.288.129,61 (trinta e três milhões, duzentos e oitenta e oito mil, cento e vinte e nove reais e sessenta e um) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Capital Social previsto no Estatuto da EGR publicado em 19 de setembro de 2012 através do Decreto nº 49.593 era de R\$ 1.000.000,00 sendo R\$ 500.000,00 integralizados. Houve a subscrição do capital social em dezembro de 2013 no valor de R\$ 30.000.000,00 com base na Lei nº 14.372 de 13 de dezembro de 2013 e no Decreto nº 51.034 de 17 de dezembro de 2013 e integralizado em 2014. Em 2016 houve a integralização de capital de R\$ 2.788.129,61 decorrente da incorporação dos juros de capital próprio.

7. Remuneração dos Investidores

No exercício de 2016 não serão distribuídos dividendos, tendo em vista a política da Companhia que é a de aplicar nas rodovias pedagiadas sob sua administração, todos os recursos que arrecada que são provenientes da exploração direta de rodovias, por meio da cobrança de tarifas ou de serviços suplementares relacionados à exploração rodoviária, situação expressa em sua lei de criação nº LEI Nº 14.033, DE 29 DE JUNHO DE 2012 no art.7º - "§ 2º A receita referida no inciso I deste artigo será depositada em conta da EGR específica para cada praça de pedágio, devendo ser aplicada integralmente nas obras, serviços e demais investimentos na rodovia onde houve a arrecadação, deduzidos custos operacionais e tributários".

8. Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos da EGR nos processos judiciais pendentes na data do balanço. A EGR responde por 62 processos judiciais de natureza cível com valor estimado de R\$ 240.871,26, classificado com perda possível.

Os processos são avaliados pela área jurídica e classificados segundo o grau de risco de perda para a empresa; tais como: perda remota, perda possível e perda provável. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

1. perda provável = efetua-se provisão e menciona-se em Nota Explicativa
2. perda possível = não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa
3. perda remota = não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa
Em decorrência da revisão na avaliação dos processos, foi feito o ajuste do exercício anterior, referente ao ano 2015, no valor de R\$ 3.263.392,70, adequando-se a realidade de desembolso da companhia. Para possibilitar a comparabilidade do ajuste e a correção do efeito em 2015, reapresentou-se as contas do Balanço Patrimonial deste exercício.

9. Reserva de Retenção de Lucros

Na reserva de retenção de Lucros de 2016, através do Ajuste de Exercício Anterior, foi incorporado o valor de R\$ 3.263.392,70

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.

Nelson Lidio Nunes Diretor - Presidente CPF nº 150.698.340-53	Ney Michelucci Rodrigues Diretor Adm. e Financeiro CPF nº 237.646.270-34	Milton Cypel Diretor Técnico CPF nº 077.103.300-10	Rubem Frederico Masera e Silva Contador CRC/RS 078309 CPF nº 387.554.670/91
--	---	---	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S.A. - EGR
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S.A. – EGR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião,

as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EGR em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à EGR, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme nota explicativa 08, tendo em vista a reavaliação da probabilidade de perdas dos processos da empresa, passivos anteriormente reconhecidos como provável, foram reavaliados. Os saldos de 2015 estão sendo reapresentados. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a EGR continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a EGR ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da EGR são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da EGR.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da EGR. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a EGR a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2017.

MACIEL AUDITORES S/S

2CRC RS 5.460/O-0 – S - SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS – 71.505/O-3
Sócio Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS

1CRC RS – 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Empresa Gaúcha de Rodovias S/A - EGR, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, todas em comparabilidade ao exercício social de 2015. Da análise procedida, inferiu-se que as Demonstrações Financeiras, lidas em conjunto com as Notas Explicativas, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e, as manifestações deste Colegiado proferidas em relatórios de suas Reuniões Ordinárias, representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição econômico-financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2016. Opinamos, ainda, favoravelmente sobre a Proposta de destinação do Lucro, oriunda dos Órgãos da Administração da Companhia, a qual não contempla a distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio. Porto Alegre, 30 de março de 2017.

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA EGR

Paulo Cesar Santana Nunes
Conselheiro Presidente

Delmar Henrique Backes
Conselheiro

Vanderlan Frank Carvalho
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação, por unanimidade de votos, do conjunto de Demonstrações Financeiras e, ainda, pela aprovação da Proposta de Destinação dos Lucros, sem distribuição de dividendos, pela incorporação em reserva de retenção de lucros do ajuste de exercícios anteriores, pela incorporação dos juros de capital próprio a pagar por meio de aumento de capital e pelo encaminhamento destas para apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Porto Alegre, 28 de março de 2017.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EGR

Humberto Brandão Canuso - Presidente
Representante da Secretaria dos Transportes

Nelson Lidio Nunes
Diretor-Presidente da EGR

Mário Rache Freitas
Representante da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional

Gilberto Machado de Pinho
Representante da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

Everton Santos Ultramar
Representante do Governador do Estado do RS

Jackson Valenti Nogueira
Representante da Casa Civil